



360

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 327340-9

Apelante : Ministério Público de Pernambuco

Apelado : **IZAÍAS ALVES DA SILVA**

Origem : 3ª Vara Criminal da Capital-PE

Relator : Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Procurador(a) de Justiça: Dr(a). Carlos Alberto Pereira Vitório

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 7º DA LEI Nº 8.137/90. ABSOLVIÇÃO. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA NO CORPO DOS AUTOS CAPAZ DE ENSEJAR UM DECRETO CONDENATÓRIO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DO *IN DUBIO PRO REO*. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CRIMINAL nº 327340-9, em que figuram como partes as acima qualificadas, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 2 / 7 / 2014, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife 02 de 07 de 2014.


Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



155
mg

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 327340-9

Apelante : Ministério Público de Pernambuco
Apelado : **IZAÍAS ALVES DA SILVA**
Origem : 3ª Vara Criminal da Capital-PE
Relator : Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Procurador(a) de Justiça: Dr(a). Carlos Alberto Pereira Vitório
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta pelo Ministério Público de Pernambuco contra a sentença do Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da capital-PE, que absolveu o réu, IZAÍAS ALVES DA SILVA, da acusação do crime tipificado no art.7º, IX da Lei nº8.137/90, com fulcro no art.386, II e V do CPP. (fls.121/122)

O Órgão Ministerial, (re)presentado pelo Promotor de Justiça que à época presidia o feito, apresentou inconformismo, recorrendo da decisão absolutória, consoante se verifica às fls.129/131, sob o argumento de que a materialidade e a autoria do delito restaram comprovadas por meio dos depoimentos testemunhais.

Por sua vez, o apelado apresentou contrarrazões, fls.132/134, pugnando pela manutenção da sentença.

A douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer opinando pelo provimento do recurso. (fls.149/152).

É o Relatório. Inclua-se na pauta.

Recife, 09 de abril de 2014.


Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



163

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 327340-9

Apelante : Ministério Público de Pernambuco

Apelado : **IZAÍAS ALVES DA SILVA**

Origem : 3ª Vara Criminal da Capital-PE

Relator : Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Procurador(a) de Justiça: Dr(a). Carlos Alberto Pereira Vitório

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

VOTO DE MÉRITO

Consta da denúncia que "(...) no dia 30 de agosto de 2010, por volta das 14:20 horas, na Rua Direita, em via pública, nas proximidades do Shopping dos Chineses, bairro de São José, nesta cidade, Policiais Militares do 16º BPM, promovendo diligências repressivas, após informações de populares sobre venda de mercadorias com datas de validade vencidas, abordaram o denunciado em poder do qual encontravam 311 caixas e 11 sacos de chocolates das marcas Laka e Bis, que estavam sendo por ele comercializadas para o consumidor final, com datas de validades vencidas, conforme podemos observar na perícia de fls. 30/34 dos autos. Quando da abordagem o denunciado estava com os chocolates expostos à venda em um tabuleiro, de forma intencional, pois sabia que os produtos estavam com datas de validades vencidas, o que os torna impróprios para consumo humano. O denunciado foi autuado em flagrante, momento em que confessou a prática do crime e disse que vende os produtos vencidos há aproximadamente três meses, sendo que para isso recebe diariamente a quantia de R\$ 25,00 da pessoa que fornece a mercadoria, a qual não teve o nome revelado por ele.(...)" (fls.03)

Por tais razões, o apelado fora denunciado por crime contra a economia popular, nos termos do art.7º, IX da Lei nº8.137/90, senão vejamos:

Art.7º. Constitui crime contra as relações de consumo:

(...)

IX – vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria em condições impróprias ao consumo.

A materialidade do delito está devidamente comprovada por meio do Auto de Apresentação e Apreensão, fl.27, ilustrações fotográficas, fls.28/29, e Laudo Pericial de fls.41/49.

Quanto à autoria é de assaz importância asserir que não restou evidenciada nos autos.



162

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Quanto à autoria é de assaz importância asserir que não restou evidenciada nos autos.

A testemunha, MARTINELLY DA SILVA OLIVEIRA, policial militar que participou da prisão do acusado declarou que o réu estava junto ao material apreendido, que se tratavam de chocolates vencidos, que estavam em uma carroça, que no momento da apreensão não havia ninguém comprando os chocolates. (DVD fls.109/110)

No mesmo sentido foi depoimento das testemunhas ADRIANO SEVERINO DA SILVA JÚNIOR e ADRIANO LUIZ DE OLIVEIRA FERREIRA, os quais afirmaram que o acusado estava junto ao tabuleiro, expondo à venda os chocolates vencidos. (DVD fls.109/110)

Por sua vez, o apelante, IZAÍAS ALVES DA SILVA, declarou que ficou junto ao tabuleiro porque o responsável pelas vendas, chamado TEJU, foi ao banheiro e pediu para ele acusado olhar as mercadorias. Ressaltou que trabalha no comércio, no Centro do Recife, vendendo frutas e verduras há mais de vinte e cinco anos. Disse que tem seis filhos com idades entre 1 (um) e 21 (vinte e um) anos. Afirmou que o verdadeiro dono dos chocolates ameaçou 'pegar' seus filhos se ele não confessasse a culpa na delegacia. (DVD fls.109/110)

A par disso, o magistrado sentenciante consignou que:

"(...) Em que pese orientação jurisprudencial, que indica que o delito imputado é crime formal, de perigo abstrato, sendo irrelevante que o produto apreendido esteja impróprio para o consumo, estou mais convencido do acerto dos que entendem que a perícia que demonstre a imprestabilidade efetiva da mercadoria é fundamental para a caracterização do delito.

Com efeito, a pena é norteadada pelo princípio da necessidade de repressão a condutas que reclamem resposta penal.

Mais grave do que expor à venda um produto de boa procedência, mas com prazo de validade vencido, é expor à venda um produto nocivo à saúde, entretanto dentro do prazo de validade.

Já decidiu o Supremo Tribunal Federal pela necessidade de demonstração concreta da impropriedade do produto exposto para o consumo, a ser demonstrada por perícia:

HC 90779 / PR - PARANÁ HABEAS CORPUS Relator(a): Min. CARLOS BRITTO Julgamento: 17/06/2008 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação DJe-202 DIVULG 23-10-2008 PUBLIC 24-10-2008 EMENT VOL-02338-02 PP-00244 Parte(s) PACTE.(S): EUGENIO SCHUCH JÚNIOR PACTE.(S): MILTON FERNANDO SESTI NEVES IMPTE.(S): SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM E OUTRO(A/S) COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Ementa EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE



163

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

CONSUMO. FABRICAÇÃO E DEPÓSITO DE PRODUTO EM CONDIÇÕES IMPRÓPRIAS PARA O CONSUMO. INCISO IX DO ART. 7º DA LEI 8.137/90, COMBINADO COM O INCISO II DO § 6º DO ART. 18 DA LEI Nº 8.078/90. CONFIGURAÇÃO DO DELITO. CRIME FORMAL. PRESCINDIBILIDADE DA COMPROVAÇÃO DA EFETIVA NOCIVIDADE DO PRODUTO. REAJUSTAMENTO DE VOTO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA IMPROPRIEDADE DO PRODUTO PARA USO. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA. ÔNUS DA PROVA DO TITULAR DA AÇÃO PENAL. ORDEM CONCEDIDA. 1. Agentes que fabricam e mantêm em depósito, para venda, produtos em desconformidade com as normas regulamentares de fabricação e distribuição. Imputação do crime do inciso IX do art. 7º da Lei nº 8.137/90. Norma penal em branco, a ter seu conteúdo preenchido pela norma do inciso II do § 6º do art. 18 da Lei nº 8.078/90. 2. São impróprios para consumo os produtos fabricados em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação. A criminalização da conduta, todavia, está a exigir do titular da ação penal a comprovação da impropriedade do produto para uso. Pelo que imprescindível, no caso, a realização de exame pericial para aferir a nocividade dos produtos apreendidos. 3. Ordem concedida.

E o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

EMENTA: PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA - MERCADORIA IMPRÓPRIA PARA CONSUMO - CRIME DE PERIGO CONCRETO - LAUDO PERICIAL - NECESSIDADE COMPROVAÇÃO - SUSPENSÃO DO PROCESSO - CABIMENTO RECLAMO DA DEFESA - AUSÊNCIA - SENTENÇA PROFERIDA PRECLUSÃO Nos termos do artigo 89 da Lei 9099/95, é possível a suspensão do processo nos crimes em que a pena mínima não é superior a um ano. Assim, quando do oferecimento da denúncia, deve o Ministério Público fundamentadamente se manifestar sobre a proposta respectiva. Na omissão do órgão acusador, deve a defesa reclamar imediatamente, sob pena de sua inércia indicar a vontade do acusado de não aceitar a medida despenalizadora. No caso presente, apesar de a pena privativa de liberdade mínima ser superior a um ano, havendo previsão da pena alternativa isolada de multa, na verdade, a pena menor cominada ao tipo é inferior a um ano, sendo possível, em tese, a suspensão do processo. Matéria preclusa em razão da não manifestação no momento próprio da defesa. O crime de expor à venda mercadoria imprópria ao consumo exige a prova pericial comprovando a impropriedade respectiva, não bastando a simples prova de que o prazo de validade se encontrava expirado. Não se admite no direito penal moderno que se escora na culpabilidade o crime de perigo abstrato ou presumido, sendo indispensável à prova de que o bem jurídico protegido foi violado ou concretamente ameaçado. No caso presente, as mercadorias foram apreendidas e periciadas, sendo constatado pelos peritos que pequena parte delas não estava em condições para ser consumida. Precedente Citado: STF HC 83926/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 07/08/2007. 0106267-47.2007.8.19.0001 (2008.050.06886) - APELACAO CRIMINAL CAPITAL - PRIMEIRA CAMARA CRIMINAL - Unanime DES. MARCUS BASILIO - Julg: 11/12/2008



164

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Resta claro que o simples fato de um produto com prazo de validade vencido estar exposto à venda não implica a imediata responsabilidade de quem eventualmente o comercialize, sob pena de instituição da responsabilidade penal objetiva, que destoa da concebida pelo Código Penal, fundada na culpabilidade.

Ademais, é de se considerar que a prova testemunhal, constante nos autos (folha 109), não indica com segurança a responsabilidade do acusado pelos fatos que lhes são imputados na denúncia, o qual, por sua vez, nega, perante o Juízo, que estava vendendo os produtos que foram apreendidos pelos policiais. (fls.121/122)

Ao que observo, não se vislumbra a certeza de que o apelante tenha praticado o crime descrito na denúncia. No caso, os elementos probatórios coligidos aos autos não me parecem suficientes para conduzir à imprescindível certeza da autoria.

Diante da ausência de probatória, não há como formar a indispensável convicção para a condenação. O universo da prova se restringiu a dúvidas e indícios. Inexistindo prova concreta para demonstrar a autoria, não há como proferir um decreto condenatório.

Frise-se, ainda, que em matéria criminal a dúvida caminha em favor do apelado/réu, em reverência aos princípios da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*.

A imprecisão probatória é um sinônimo de ausência de prova suficiente para uma condenação, sendo princípio basilar do processo penal que uma pessoa somente pode ser condenada quando estabelecidas, de modo cabal e incontroverso, a autoria e materialidade do delito.

Portanto, entendo que a r. sentença de fls.121/122, é a que melhor se coaduna com as provas colacionadas, não merecendo qualquer tipo de reforma no que diz respeito à absolvição no tocante a capitulação jurídica dos fatos que envolveram o recorrido.

A prova testemunhal colhida na fase judicial não conduz à certeza de envolvimento do apelado com o delito de descrito na peça acusatória.

Repita-se que, para um juízo condenatório, a certeza é condição *sine qua non*, não cabendo, aí, ilações acerca da possibilidade condenatória.

Desta forma, as provas colhidas durante a persecução criminal não são suficientes para legitimar a condenação do apelado, nos moldes pretendidos pelo Órgão acusador.



163

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Constata-se da leitura dos autos, que o contexto probatório revela-se frágil e não se reveste de segurança necessária para a formação de um juízo de certeza de que o réu tenha, de fato, praticado o crime sob cogitação, ou seja, estar vendendo as mercadorias impróprias para consumo, razão pela qual a manutenção da absolvição é medida que se impõe, com base no princípio humanitário do *in dubio pro reo*, como acima mencionado.

Cabendo o ônus da prova ao Ministério Público, não se desincumbindo este de provar os crimes em comento, elidi-se a imputação vestibular diante da insuficiência do conjunto probatório.

Havendo, pois, dúvida quanto a autoria, a solução é favorável ao recorrido.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO ao recurso Ministerial, mantendo, pois, a absolvição do apelado IZAÍAS ALVES DA SILVA**, nos exatos termos da sentença atacada.

É como voto.

Recife, 02 de 07 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator